

GLOSSÁRIO DE INCLUSÃO: CONCEITOS, TERMINOLOGIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PRÁTICA DOCENTE

Márcia Regina Castro Barroso

Professora do Programa de Humanidades, Culturas e Artes da Afya Universidade Unigranrio

marcia.barroso@afya.com.br

Claudinéia de Araújo Batista

Estudante de doutorado do Programa de Humanidades, Culturas e Artes da Afya Universidade Unigranrio

claudinea.batista@afya.com.br

Resumo

Este trabalho discute a relevância da elaboração de glossários de inclusão em materiais didáticos, compreendidos como instrumentos que organizam e padronizam conceitos fundamentais ligados à educação especial e inclusiva. Partindo da constatação de que a linguagem não é neutra, mas carrega valores sociais, culturais e políticos, investigamos como a escolha de termos adequados repercute diretamente na prática docente, na relação professor-estudante e na construção de um ambiente escolar acolhedor. A análise do glossário presente no *material didático em desenvolvimento*¹ elaborado com base no Método Educacional Equitativo e Personalizado de Ensino (MEEPE), evidencia sua contribuição ao oferecer definições claras, fundamentadas em bases legais e pedagógicas, capazes de orientar professores na interpretação e uso de terminologia sensível. O texto enfatiza que nomear de forma adequada a pessoa com deficiência não é mero detalhe semântico, mas condição ética e pedagógica para o reconhecimento da diferença e para a promoção da equidade. Argumenta-se, assim, que o glossário atua como ferramenta de formação continuada, referência para o planejamento de intervenções e apoio para a comunicação com famílias e comunidade escolar.

Palavras-chave: inclusão, terminologia, glossário educacional

Abstract

This paper discusses the relevance of developing inclusion glossaries in educational materials, understood as instruments that organize and standardize fundamental concepts related to special and inclusive education. Based on the premise that language is not neutral but carries social, cultural, and political values, we investigate how the choice of appropriate terms directly impacts teaching practice, the teacher–student relationship, and the construction of a welcoming school environment. The analysis of the glossary included in the educational material under development (2025), designed according to the Equitable and Personalized Educational Method (MEEPE), highlights its contribution by offering clear definitions grounded in legal and pedagogical frameworks, capable of guiding teachers in the interpretation and use of sensitive terminology. The text emphasizes that properly naming persons with disabilities is not a mere semantic detail but an ethical and pedagogical condition for recognizing difference and promoting equity. It is argued, therefore, that the glossary functions as a tool for continuous teacher education, a reference for planning pedagogical interventions, and a support for communication with families and the school community.

Keywords: inclusion, terminology, educational glossary

¹ O material didático referido neste estudo encontra-se em fase de elaboração pela Editora Ática, com foco em atender escolas da rede pública. A denominação utilizada é provisória, e o nome oficial da coleção será definido posteriormente.

Introdução

A inclusão escolar, consolidada como princípio legal e ético nas últimas décadas, desafia a escola brasileira a repensar suas práticas, suas linguagens e a própria forma de se organizar para acolher a diversidade. Mais do que garantir matrícula, trata-se de assegurar condições reais de aprendizagem e participação a cada estudante. Nesse processo, a linguagem ocupa um lugar central: a maneira como nomeamos a diferença pode tanto abrir caminhos para o reconhecimento e a equidade quanto reforçar estigmas e exclusões históricas.

A utilização de conceitos corretos ao se referir às pessoas com deficiência não é apenas uma questão de terminologia, mas um compromisso ético e político com a dignidade e o reconhecimento desses sujeitos. A linguagem, ao nomear, constrói realidades: expressões inadequadas ou ultrapassadas podem reforçar estereótipos, enquanto termos atualizados e alinhados às legislações e aos movimentos sociais contribuem para uma cultura de respeito e inclusão. Assim, compreender e empregar os conceitos corretos significa reconhecer a pessoa antes da deficiência, valorizando sua singularidade e garantindo que os discursos e práticas pedagógicas caminhem em direção a uma escola verdadeiramente inclusiva. Esse cuidado com a linguagem potencializa o diálogo entre professores, estudantes, famílias e comunidade, criando um ambiente educativo mais consciente, respeitoso e transformador.

É nesse horizonte que se insere o material didático, que ainda está em fase de produção e será publicado pela Editora Ática. Elaborado a partir da metodologia MEEPE (Método Educacional Equitativo e Personalizado de Ensino), o material busca responder às demandas educacionais diferenciadas de crianças e adolescentes em contextos nos quais o ensino tradicional não alcança plenamente suas necessidades. O MEEPE, fundamentado nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em referenciais teóricos que discutem inclusão, equidade e personalização da aprendizagem, orienta a construção de recursos didáticos capazes de dialogar com a realidade de sala de aula e com os diferentes ritmos e modos de aprender.

Um diferencial importante do *material didático em desenvolvimento* é o processo coletivo de sua elaboração. A equipe que idealizou os materiais é composta por pedagogos de diversas áreas, com trajetórias no ensino público e privado. Eles trazem uma combinação de conceitos teóricos e práticas experimentadas no chão da escola, o que confere ao material não apenas consistência acadêmica, mas também viabilidade prática. O objetivo declarado é claro: produzir um material de educação básica destinado às escolas públicas brasileiras, que contribua para reduzir desigualdades e oferecer instrumentos concretos ao professor no enfrentamento dos desafios cotidianos.

Entre os elementos que compõem essa proposta, destaca-se o *Glossário de Inclusão Conceitos e Terminologia*, concebido como apoio à formação docente e como ferramenta de mediação na relação entre professores, estudantes e famílias. Ao sistematizar conceitos fundamentais da educação inclusiva e da legislação vigente, o glossário não apenas esclarece terminologias, mas promove uma cultura de respeito e reconhecimento da diferença. Nesse sentido, ele se insere como parte estruturante do material, fortalecendo o compromisso do *material didático em desenvolvimento* com uma educação pública mais justa, equitativa e inclusiva.

Neste sentido, este trabalho apresenta os resultados da análise desse material, evidenciando a relevância de promover a disseminação de conceitos adequados ao nos referirmos às pessoas com deficiência, de modo a favorecer práticas mais respeitosas, inclusivas e alinhadas aos princípios de equidade e dignidade.

A terminologia para pessoas com deficiência

A forma como a sociedade nomeia grupos sociais não é apenas uma escolha linguística, mas também uma construção simbólica que reflete concepções históricas, culturais e políticas. No caso das pessoas com deficiência, a terminologia sofreu transformações significativas ao longo do tempo, acompanhando a evolução do olhar social e jurídico sobre esse grupo.

Durante muito tempo prevaleceu o modelo biomédico, no qual a deficiência era vista como uma condição individual, ligada à doença ou incapacidade. Dessa perspectiva, surgiram expressões como “inválidos”, “incapacitados” ou “pessoas portadoras de deficiência”. Esses termos, além de estigmatizantes, carregam a ideia de que a deficiência é algo a ser corrigido ou tratado, reduzindo a pessoa à sua condição física, sensorial ou intelectual.

Com o fortalecimento do modelo social da deficiência, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, impulsionado pela atuação dos movimentos sociais e de organismos internacionais, o foco deslocou-se da limitação individual para as barreiras impostas pela sociedade. Nesse processo, a trajetória histórica das terminologias revela transformações conceituais e políticas importantes: expressões como “*pessoas portadoras de deficiência*”, “*pessoas portadoras de necessidades especiais*” e “*pessoas com necessidades especiais*”, embora amplamente utilizadas em determinados períodos, mostraram-se insuficientes por reforçarem visões capacitistas e assistencialistas.

A expressão “pessoas com deficiência”, considerada atualmente a mais adequada, foi consolidada pela Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), ratificada pelo Brasil em 2008 com status de emenda constitucional, e reafirmada na Lei Brasileira de Inclusão (2015). Embora já presente de forma esparsa na literatura antes desse marco, foi a Convenção que conferiu legitimidade normativa e ampla difusão ao termo, ao reconhecer a deficiência como resultado da interação entre impedimentos e barreiras sociais (Matos *et al.*, 2022).

Essa mudança terminológica não é meramente semântica, mas representa um avanço ético e político, pois reafirma a dignidade e a autonomia das pessoas com deficiência, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e não como objetos de tutela. O cuidado com a linguagem, portanto, desempenha papel fundamental no combate ao capacitismo e na promoção de uma cultura inclusiva, em que as diferenças são valorizadas como parte da diversidade humana.

A expressão “a pessoa com deficiência” e a emergência de um novo paradigma escolar

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece diretrizes fundamentais para assegurar o direito ao acesso, à permanência e à aprendizagem, além de oficializar a expressão “pessoa com deficiência” como terminologia normativa. Esse marco legal não apenas orienta práticas escolares e a produção de materiais didáticos — como glossários que contribuem para a padronização conceitual —, mas também inaugura uma nova forma de pensar a educação inclusiva, pautada na dignidade e na autonomia dos sujeitos.

Nesse mesmo sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), ao definir competências e habilidades para todos os estudantes, enfatiza a diversidade como princípio estruturante. No campo da inclusão, propõe que as escolas desenvolvam práticas capazes de assegurar os direitos de aprendizagem de todos, o que exige clareza conceitual e terminológica, mas também a construção de ambientes pedagógicos que reconheçam a diferença como potência, e não como deficiência a ser compensada.

No debate acadêmico, autores como Mantoan (2003) destacam que a inclusão representa uma verdadeira mudança de paradigma escolar, exigindo a reorganização de práticas pedagógicas e curriculares. Já Skliar (2010) aponta para a dimensão política da linguagem, mostrando como a escolha de termos influencia diretamente a forma como a diferença é concebida no espaço escolar. Nesse contexto, a adoção da expressão “pessoa com deficiência” vai além da normatização: reflete e impulsiona a construção de um paradigma educacional que rompe com modelos segregacionistas e assistencialistas, orientando-se para práticas pedagógicas que reconhecem a diversidade como valor constitutivo da educação democrática.

Esses referenciais teóricos oferecem fundamentos para compreender a função de

glossários como o que compõe o *material didático em desenvolvimento*, estruturado a partir da metodologia MEEPE (Método Educacional Equitativo e Personalizado de Ensino).

O Glossário de Inclusão do *material didático em desenvolvimento* organiza conceitos vinculados à legislação educacional e à prática docente, contribuindo para a uniformização da linguagem utilizada por professores, famílias e equipes pedagógicas. Dessa forma, articula as orientações legais e curriculares com a prática escolar, oferecendo ao professor um recurso de consulta que sistematiza definições relevantes para a educação inclusiva.

Desenvolvimento do tema

O presente estudo tem como foco a análise do Glossário de Inclusão, parte integrante do *material didático em desenvolvimento*, concebido a partir da metodologia MEEPE (Método Educacional Equitativo e Personalizado de Ensino). A investigação foi conduzida em três movimentos complementares: a revisão da legislação que assegura o direito à inclusão, a análise da literatura especializada e o exame do glossário em si, enquanto documento pedagógico.

No primeiro movimento, destacam-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a BNCC (2017), que constituem marcos normativos fundamentais. Esses documentos não apenas garantem o direito à educação para todos, mas também orientam escolas e redes de ensino na construção de práticas pedagógicas equitativas.

No segundo movimento, o diálogo com autores como Mantoan (2003) e Skliar (2010) evidenciou a centralidade da linguagem no processo inclusivo. Nomear a diferença não é apenas uma questão terminológica: envolve reconhecer a forma como a escola se organiza, define papéis e percebe os sujeitos que dela participam. Nesse sentido, glossários funcionam como mediadores, pois oferecem clareza conceitual e evitam ambiguidades que podem fragilizar a comunicação escolar.

No terceiro movimento, a análise documental do glossário que ainda está em construção revelou sua função múltipla: apoiar a formação docente por meio da sistematização de conceitos atualizados; orientar a comunicação entre professores, famílias e equipes pedagógicas; e subsidiar a elaboração de Planos Educacionais Individualizados (PEI) em consonância com a LBI e a BNCC.

Esse percurso precisa ser compreendido em um contexto mais amplo. A Saber Educação, braço da Cogna e mantenedora da Editora Ática, tem atuado em parceria com redes públicas em todo o país. Programas que vão da educação infantil ao ensino médio evidenciam o compromisso com a formação integral, buscando responder aos desafios da escola contemporânea. O programa *Líder em Mim*, com reconhecimento internacional, e a coleção *Entre Mundos*, voltada ao desenvolvimento socioemocional, ilustram a tentativa de alinhar pesquisa, diretrizes normativas e práticas pedagógicas.

A decisão da Editora Ática de desenvolver o *material didático em desenvolvimento* nasce de um diagnóstico preciso: o modelo tradicional de ensino não contempla, de forma suficiente, as necessidades de estudantes com autismo, TDAH e dislexia, entre outras condições. Os dados corroboram esse quadro: o TDAH afeta entre 5% e 8% da população mundial (GOV.BR, 2022), impactando atenção e organização; a dislexia atinge de 3% a 6% das crianças em idade escolar (Instituto ABCD, 2023), afetando leitura e escrita; o autismo alcança 3,2% da população infantil nos Estados Unidos (CDC, 2025) e, no Brasil, o número de matrículas de estudantes com TEA cresceu 48% em apenas um ano (UOL VivaBem, 2024). Tais números evidenciam que não se trata de casos isolados, mas de um contingente expressivo de estudantes que desafia um modelo homogêneo de ensino.

O *material didático em desenvolvimento*, ancorado no MEEPE, foi planejado para responder a essas demandas de modo estruturado. Ao organizar os materiais em eixos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais, a proposta busca respeitar ritmos e estilos de aprendizagem diversos, evitando soluções improvisadas que historicamente

fragilizaram a inclusão. O objetivo não é apenas adaptar conteúdos, mas garantir que cada estudante encontre, no material, um percurso formativo compatível com suas condições reais de aprendizagem, em consonância com os princípios de equidade previstos na LBI e na BNCC.

Esse esforço traduz-se em um compromisso com respeito, dignidade e autonomia. A produção do material pela Editora Ática pretende consolidar uma prática escolar que reconheça potencialidades, fortaleça vínculos entre professores, famílias e equipes de apoio e ofereça condições reais de aprendizagem para todos. Nesse conjunto, o glossário é peça-chave: ao organizar conceitos, sustenta a prática docente e oferece bases para que a inclusão se efetive no cotidiano escolar.

É a partir desse entendimento que se torna pertinente observar como esse glossário se posiciona em relação a outras iniciativas semelhantes.

Glossários de inclusão: comparações e sentidos para a prática educacional

A busca em fontes abertas identificou três glossários institucionais que abordam diversidade, equidade, inclusão e deficiência: os elaborados pela AngloGold Ashanti, pela Samarco e pelo Senac. A análise desses materiais permite compreender os diferentes modos de sistematização da terminologia inclusiva e, ao compará-los com o Glossário de Inclusão do *material didático em desenvolvimento*, estruturado no MEEPE, identificar os sentidos específicos que cada proposta assume para a prática pedagógica. Nos glossários corporativos, observa-se um esforço voltado à criação de uma linguagem comum para ambientes de trabalho. O da AngloGold Ashanti e o da Samarco reúnem termos como diversidade, equidade, acessibilidade, vieses e assédio, definidos de modo acessível e aplicados ao contexto organizacional. São materiais úteis para processos de sensibilização, mas apresentam caráter introdutório, pois limitam-se à descrição de conceitos, sem explorar suas implicações educativas.

O glossário do Senac aproxima-se mais do campo pedagógico, ao incluir termos como comunicação aumentativa e alternativa (CAA), leitores de tela, libras e avaliação biopsicossocial. Seu objetivo é orientar equipes educativas, trazendo referências legais e exemplos práticos. Apesar disso, mantém a estrutura de repertório terminológico e não estabelece articulação consistente com currículo ou planejamento docente, limitando sua contribuição ao nível informativo.

Em contraste, o Glossário do *material didático em desenvolvimento* foi concebido desde o início como ferramenta pedagógica. Ele articula legislação (LBI), currículo (BNCC) e práticas escolares, oferecendo ao professor suporte em atividades como reuniões com famílias, elaboração de relatórios e construção de PEIs. Além disso, incorpora conceitos ausentes ou pouco explorados nos demais, como o Desenho Universal da Aprendizagem (DUA), que propõe a reorganização estrutural do ensino, e a avaliação biopsicossocial, compreendida em diálogo com a escola e não apenas como diagnóstico clínico.

Quadro comparativo

Nome do glossário	Instituição / autor	Principais termos em destaque	Características metodológicas
Glossário Diversidade e Inclusão²	AngloGold Ashanti Brasil	diversidade, inclusão, equidade, vieses, assédio, TEA	ações afirmativas; assédio; diversidade; inclusão; equidade; justiça social; vieses; TEA
Glossário Diversidade,	Samarco	diversidade, inclusão,	diversidade; inclusão; equidade; preconceito; vieses;

² AngloGold Ashanti. *Glossário Diversidade e Inclusão*. Disponível em: https://www.anglogoldashanti.com.br/wpcontent/uploads/2024/09/Glossario_Diversidade_AGA_2024.pdf

Equidade e Inclusão³		preconceito, PCD, braille, libras, capacitismo	assédio; PCD; braille; libras; capacitismo
Glossário da Diversidade e Inclusão – Pessoa com Deficiência (Fascículo I)⁴	Senac – Departamento Nacional	acessibilidade, CAA, leitores de tela, libras, avaliação biopsicossocial, capacitismo	acessibilidade e tipologias; CAA; leitores de tela; braille; libras; avaliação biopsicossocial; capacitismo

Glossário de inclusão: conceitos e terminologia

internados, transitoriamente ou em caráter permanente, em função da gravidade do caso.

Avaliação biopsicossocial: procedimento que analisa a condição de saúde e funcionalidade de um indivíduo, considerando aspectos biológicos, psicológicos e sociais de forma integrada.

Avaliação diagnóstica: processo contínuo e individualizado de identificação das necessidades educacionais específicas da(o) estudante, aplicada para subsidiar as estratégias pedagógicas e planos de atendimento.

Avaliação processual: realizada ao longo do percurso da aprendizagem de forma progressiva, para acompanhar e analisar o desenvolvimento da(o) estudante.

Audiodescrição: recurso de acessibilidade que possibilita perceber o que não pode ser percebido sem o uso da visão.

Baixa visão: condição em que a capacidade visual é significativamente reduzida, não podendo ser corrigida com óculos, lentes de contato, medicamentos ou cirurgia.

Barreiras: entaves, obstáculos, atitudes ou comportamentos que limitam ou impedem a participação social, o pleno exercício dos direitos à acessibilidade, a liberdade de movimento, a comunicação e a expressão, o acesso à informação, a compreensão e a circulação com segurança.

Barreiras arquitetônicas: obstáculos presentes em edificações e em espaços construídos: escadas sem alternativas acessíveis e banheiros não adaptados.

Barreiras atitudinais: preconceitos e comportamentos discriminatórios que dificultam a inclusão e a participação plena das pessoas com deficiência.

Barreiras comunicacionais: presentes na transmissão e na recepção de informações: falta de intérpretes de Libras ou materiais em Braille;

Barreiras de locomoção: dificuldade no acesso a meios de transporte público: ônibus e trens não adaptados.

Barreiras tecnológicas: ausência de tecnologias assistivas que facilitem o acesso à informação e à comunicação: *software* de leitura de tela, o texto em tela não dispõem de audiodescrição.

Barreiras urbanísticas: relacionadas ao planejamento e à infraestrutura das cidades: calçadas inadequadas e falta de rampa de acesso.

Braille: meio de comunicação e de expressão utilizado por pessoas com deficiência visual, considerado instrumento de garantia a acessibilidade e a autonomia de pessoas cegas ou com baixa visão.

³ Samarco. *Glossário Diversidade, Equidade e Inclusão*. Disponível em: https://www.samarco.com/wpcontent/uploads/2023/06/Samarco_Glossario_DEI_Digital_1406.pdf

⁴ Senac DN. *Glossário da Diversidade e Inclusão – Pessoa com deficiência (Fascículo I)*. Disponível em: https://ww3.ms.senac.br/Portals/0/adam/Content/4jyau6fN0EaOR6H-o3dcqg/Link/glossario1_Pessoa%20com%20deficiencia.pdf

⁵ Trecho do *Glossário de Inclusão: Conceitos e Terminologia*, em elaboração pela Editora Ática como parte do material didático em desenvolvimento. A denominação é provisória, e o nome oficial da coleção será definido posteriormente.

Desenho Universal da Aprendizagem (DUA): desenvolvido por David H. Rose, se propõe a criar currículos e ambientes de aprendizagem flexíveis e acessíveis desde o início, considerando a diversidade das(os) estudantes, promovendo a inclusão por meio de três princípios fundamentais: múltiplas formas de engajamento, de representação e de ação/expressão.

Discalculia: transtorno de aprendizagem caracterizado pela dificuldade em entender conceitos numéricos, em realizar cálculos e em aplicar conceitos matemáticos nas tarefas cotidianas.

Disgrafia: transtorno de aprendizagem caracterizado pela dificuldade em escrever de forma clara e organizada, além de problemas na coerência e na coesão do texto escrito.

Dislexia: transtorno de aprendizagem caracterizado pela dificuldade em reconhecer palavras de forma precisa e fluente, além de problemas na decodificação e na soletração.

Educação bilíngue: modelo pedagógico que visa desenvolver habilidades em duas línguas, utilizando-as de forma integrada no processo de aprendizagem.

Educação Especial: modalidade transversal a todos os níveis e a todas as etapas da Educação Básica, voltada ao atendimento de estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista

ou com alta habilidade/superdotação, que deve ocorrer na escola regular, com recursos e serviços especializados que viabilizam eliminar as barreiras, assegurando que as adequações sejam feitas para atender a cada estudante conforme a sua necessidade.

Educação inclusiva: modelo educacional que assegura o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todas(os) estudantes, independentemente da condição, eliminando barreiras, discriminações e exclusões, para garantir a equidade.

Equidade: reconhece que as pessoas têm necessidades e contextos diferentes, por isso busca-se distribuir recursos e oportunidades de maneira justa, levando em conta essas desigualdades.

Escola especial: destinada a atender, especificamente, estudantes com especiais, agrupados ou por deficiência específica - sensorial, física, mental ou múltipla. Sua existência e funcionamento se justificam, atualmente, somente para casos considerados muito graves e que impossibilitem a inclusão dos sujeitos em escolas ou salas de aula regulares.

Análise crítica

A comparação evidencia que os glossários analisados respondem a demandas distintas e refletem os contextos para os quais foram concebidos. Os glossários de caráter corporativo, como os da AngloGold Ashanti e da Samarco, têm como principal finalidade estabelecer uma linguagem comum em ambientes de trabalho. Ao reunir termos como diversidade, equidade, acessibilidade, vieses e preconceito, contribuem para sensibilizar trabalhadores e prevenir situações de discriminação. Contudo, permanecem no nível da difusão conceitual, sem buscar uma relação sistemática com práticas educacionais ou com referenciais pedagógicos.

O glossário do Senac se aproxima mais do universo escolar, pois apresenta termos técnicos ligados à acessibilidade, como comunicação aumentativa e alternativa (CAA), leitores de tela, libras e avaliação biopsicossocial. Esse material oferece orientações relevantes para o trabalho de equipes pedagógicas, baseando-se em marcos legais e em exemplos concretos. Apesar desse avanço em relação aos corporativos, ainda se organiza como um repertório terminológico, sem estabelecer um vínculo consistente com o currículo escolar, a BNCC ou instrumentos de planejamento docente, o que limita sua contribuição à dimensão informativa.

Já o Glossário de Inclusão: Conceitos e Terminologia, que integra o material didático em desenvolvimento (2026), apresenta uma proposta distinta. Desde sua concepção, foi pensado como parte de um projeto pedagógico estruturado, o que lhe confere densidade analítica e aplicabilidade prática. Esse glossário não apenas define termos, mas os insere em um quadro que articula teoria, legislação e prática pedagógica. Assim, o professor encontra nele subsídios para situações concretas de sua rotina: elaboração de relatórios, planejamento de intervenções, comunicação com famílias e construção de Planos Educacionais Individualizados (PEI).

Esse caráter de mediação o diferencia dos demais. Enquanto os glossários corporativos

⁶ Trecho do *Glossário de Inclusão: Conceitos e Terminologia*, em elaboração pela Editora Ática como parte do material didático em desenvolvimento. A denominação é provisória, e o nome oficial da coleção será definido posteriormente.

e institucionais cumprem funções de sensibilização ou de orientação pontual, o glossário do material em desenvolvimento atua como instrumento formativo, que auxilia o professor a transformar terminologias em ações pedagógicas efetivas. Nesse sentido, a linguagem deixa de ser apenas uma ferramenta de descrição e passa a constituir-se como condição para o exercício ético e profissional da docência inclusiva.

Em síntese, a análise comparativa mostra que todos os glossários contribuem para a difusão de terminologias inclusivas, ainda que em níveis distintos de profundidade. Os corporativos cumprem papel de sensibilização, e o do Senac amplia o repertório terminológico voltado ao contexto educacional, mas permanece limitado em sua articulação curricular. Já o glossário incorporado ao material didático em desenvolvimento (2026) se distingue por propor uma mediação direta entre teoria, legislação e prática, oferecendo suporte para que professores compreendam e apliquem conceitos de inclusão em situações reais da escola. Mais do que listar definições, organiza uma base de referência que auxilia na construção de práticas pedagógicas coerentes com os princípios legais e curriculares da educação inclusiva.

Conclusões

O estudo do Glossário de Inclusão presente no *material didático em desenvolvimento* evidenciou sua contribuição para a prática docente ao organizar conceitos essenciais da educação inclusiva em diálogo com a legislação vigente e com a BNCC. A análise mostrou que o glossário funciona como instrumento de apoio ao professor, ao mesmo tempo em que favorece a comunicação com famílias e equipes pedagógicas, reduzindo ambiguidades e fortalecendo a clareza no processo educativo.

Constatou-se ainda que o glossário amplia seu alcance ao assumir uma perspectiva interdisciplinar, permitindo que diferentes profissionais compartilhem uma base comum de entendimento sobre as necessidades dos estudantes. Nesse movimento, ele deixa de ser apenas um recurso terminológico e se afirma como mediador entre políticas educacionais, fundamentos teóricos e práticas escolares.

Em síntese, este estudo conclui que o glossário, ao integrar o *material didático em desenvolvimento* e a metodologia MEEPE, oferece condições para que a escola avance na efetivação de práticas inclusivas, articulando a dimensão normativa com o cotidiano da sala de aula e contribuindo para que a educação pública seja mais acessível e equitativa.

Referências

- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MATOS, H. N. F.; RAIOL, R. W. G.; ARRUDA, P.R.B. A evolução terminológica de “pessoas com deficiência” nos níveis de proteção de direitos humanos. **RIDH**, Bauru, v. 10, n. 2, p. 305-319, jul./dez., 2022.
- MEEPE. Glossário de Inclusão. In: **Material didático em desenvolvimento.** Em fase de produção. Editora Ática, 2025.
- SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2010.